

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação Popular: Experiências e Reflexões.
Piracicaba, SP: UNIMEP. Caderno 2, ano 1 julho de 1985.

Educação Popular: Experiências e Reflexões

Caderno 2

julho de 1985



1º FORUM
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO
POPULAR

eca Fleuri

- Fleuri 617 h

5

EDITORIA UNIMEP



APRESENTAÇÃO

O segundo caderno de "Educação Popular: experiências e reflexões", traz o relatório do primeiro Forum Nacional de Educação Popular (FONEP), realizado em Piracicaba, de 12 a 15 de julho de 1984.

Neste Forum, representantes de universidades e grupos de assessoria ao movimento popular trocaram experiências e discutiram questões relativas à articulação entre intelectuais e organizações populares. Sendo que o objetivo desta série de cadernos é justamente divulgar subsídios para a discussão dessa temática, consagramos o caderno dois para o relatório de algumas reflexões que emergiram no FONEP.

O primeiro capítulo, apresenta um histórico do FONEP. O segundo, coloca alguns aspectos da metodologia utilizada.

Os três capítulos seguintes são as notas introdutórias aos três temas discutidos no FONEP. (1) Educação popular e prática política, (2) Metodologia da Educação Popular e (3) Universidade e Educação Popular.

Este caderno terá cumprido seu papel se trouxer à memória dos participantes do FONEP aqueles dias de intensa troca de experiências e servir de subsídios para os interessados em educação popular refletir sobre sua prática.

HISTÓRICO DO I FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR

Reinaldo Matias Fleuri

(Comissão Executiva do I FONEP)

O primeiro Seminário Internacional de Educação Popular, realizado em Piracicaba, de 24 a 28 de maio de 1983, fez, entre outras, a proposta de que se realizasse um Congresso Nacional de Entidades de Educação Popular, para discutir a formação de uma entidade nacional e trocar experiências.

A UNIMEP, que ficara encarregada de garantir a articulação da comissão organizadora desse evento, convocou um grupo representativo de entidades que trabalham com educação popular em vários Estados do Brasil. As que puderam comparecer foram o Grupo Vereda (SP), CPV (Centro Pastoral Vergueiro-SP), CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação-SP), UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba-SP), PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica-SP), e grupo NOVA (RJ).

Nesta reunião, considerou-se que, no momento atual, não há condições para se tentar articulação nacional de entidades de educação popular. Entretanto, levando-se em conta, a abertura de algumas universidades do país para com os setores populares através de suas atividades de extensão e serviços, assim como a ampla experiência de alguns grupos de assessoria em educação popular, considerou-se válido criar espaço onde estas duas partes pudessem intercambiar suas experiências, se conhecerem melhor, discutirem questões relevantes para a própria prática, e, sendo possível, encontrarem meios de uma colaboração entre elas.

Por isso, nesta reunião se propôs a realização de um primeiro "Forum Nacional de Educação Popular" (FONEP), especificamente para os grupos de assessoria à educação popular e grupos de universidades comprometidos com o movimento popular. Constituiu-se, então, a Comissão Coordenadora, com a tarefa de organizar o evento. Definiu-se o tema base do I FONEP: "Educação Popular e Movimento Popular", a se realizar entre os dias 12 a 15 de julho de 1984, em Piracicaba, no

“Campus” Taquaral da UNIMEP. Esta mesma instituição assumiu a responsabilidade de constituir uma Comissão Executiva para garantir as condições infra-estruturais para a realização do FONEP.

Foram convidados cerca de duzentos representantes de grupos de assessoria à educação popular e de universidades brasileiras. Projetou-se uma dinâmica de trabalhos baseada na discussão em grupos, tomando-se como referência três subtemas, um para cada dia do Fórum: (1) Educação Popular e Prática Política, (2) Metodologia da Educação Popular e (3) Universidade e Educação Popular.

Os trabalhos do primeiro dia, (13-07) iniciaram-se com a breve exposição problematizadora de Álvaro Pantoja, representante do CEAS, que levantou algumas questões relativas à educação e ao poder popular.

A seguir, formaram-se dez grupos (compostos por representantes de entidades que têm práticas diferenciadas) que trabalharam durante o dia todo. Ao final da tarde, realizou-se a assembléia, em que foram colocadas algumas das principais questões discutidas nos grupos.

À noite do dia 13-07, realizaram-se vários debates sobre temas livres (levantados pelos participantes no ato da inscrição), como: Educação Popular e Organização Popular, Comunicação e Documentação Popular, Educação Popular e Agentes de Educação Popular, Saúde e Educação Popular, Alfabetização e Educação Popular, pesquisa participante.

O segundo dia (14-07) iniciou com a apresentação de José Carlos Barretos (grupo VEREDA - SP) que problematizou a metodologia em Educação Popular.

Os grupos formados a seguir integraram representantes de entidades que têm práticas afins mas provindas de várias partes do país.

Formaram-se grupos ligados às seguintes práticas: educação política, organização popular, comunicação popular, alfabetização, organização de bairro, pastorais e CEB's, saúde e educação formal.

No final da tarde, realizou-se o plenário em que se dis-

cutiu algumas questões mais relevantes colocadas nos grupos.

À noite, houve um ato cultural em que se realizou uma "peña" com músicas latino-americanas, apresentadas por um grupo musical chileno. Seguiu-se um forró organizado pela Associação dos Favelados de Piracicaba.

No dia 15-08, Luis Eduardo Wanderley, diretor da URPLAN (PUC - SP), retomou algumas das principais questões levantadas durante o FONEP, sistematizando-as e problematizando-as. Estas questões foram discutidas em pequenos grupos e em plenário, logo em seguida.

Ainda em plenário discutiu-se a conveniência de um próximo FONEP e se decidiu pela realização de um segundo evento com as mesmas características deste FONEP: um encontro de entidades ligadas à educação popular, com uma dinâmica que favoreça a intensa troca de experiências e conhecimento recíproco. O II FONEP se realizará de 24 a 28 de julho de 1985 e será sediado na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Uma comissão constituída inicialmente por representante da Comissão Coordenadora do I FONEP (do grupo VEREDA - SP), mais representantes da PUC - SP, UNIMEP e PUCG, se encarregará da articulação e viabilização do evento. Os grupos participantes da I FONEP se dispuseram a indicar novos grupos a serem convidados e a articular os preparativos em sua região.

Outro encaminhamento feito no I FONEP se refere à articulação da participação brasileira no II Seminário Internacional de Educação Popular, que deveria se realizar na Nicarágua provavelmente em dezembro de 1984. (A realização deste Seminário foi adiada posteriormente, devido às dificuldades políticas naquele país). Decidiu-se que se fariam circular as informações a respeito e se tentaria articular, nas várias regiões, formas de angariar financiamentos para os custos de viagem da delegação brasileira.

O I FONEP parece ter atingido seu objetivo principal de propiciar intenso intercâmbio entre os grupos e entidades que atuam em educação popular. Certamente os grupos participantes saíram mais reforçados pela troca de experiências e pelas articulações feitas.



Ivonésio

METODOLOGIA DO I FONEP

Jose Carlos Barreto

(Comissão Coordenadora I FONEP)

A metodologia utilizada no FONEP procurou valorizar a troca de experiências e estimular a reflexão sobre as práticas existentes. Para isto, a abertura diária dos trabalhos era feita por um expositor que tinha a tarefa de trazer à tona as preocupações mais comuns entre aqueles que militam na Educação Popular.

Após estas exposições, que duravam em média trinta a quarenta minutos, os participantes dividiam-se em grupos de treze a vinte pessoas para discutir o tema. Importante notar que a discussão era balizada pelas experiências dos participantes e não pelo que havia sido dito pelo expositor.

Na parte da tarde, os grupos voltavam a se reunir até o café e posteriormente em plenário para a socialização das discussões.

No primeiro dia, em que o tema foi Educação Popular e Prática Política, os grupos foram divididos de forma a serem compostos por participantes com práticas heterogêneas. No segundo dia, em que se discutiu Metodologia da Educação Popular, os grupos foram formados por participantes que possuíam atividades afins. O último dia não comportou a divisão em grupos devido à diminuição do número de participantes e à especificidade de tema "Movimento Popular e Universidade"

A parte da noite do dia 13 foi utilizada para a discussão de nove temas livres que haviam sido sugeridos por escrito, durante a preparação do FONEP.

Os temas livres foram discutidos em grupos formados segundo o interesse de cada participante.

No dia 14, após às 21 horas foi feito uma "peña", ou seja uma apresentação de música latino-americana. A "peña", foi seguida de um animado "forró" promovido por um grupo de favelados de Piracicaba e que durou até a madrugada.

Como a principal riqueza do Forum era a prática dos seus participantes, cuidou-se para que existissem espaços suficientes para a troca destas experiências. Tudo indica que

tais espaços foram muito bem aproveitados, na medida em que era raro encontrar participante isolado ou conversando com elementos do próprio grupo ou cidade. A norma era a conversa entre duas ou três pessoas de cidades ou entidades diferentes conversando interessados entre si.

Neste sentido, pode-se dizer que ocorreu um FONEP paralelo conduzido integralmente pelos participantes como sempre acontece em encontros deste tipo. A diferença é que, neste FONEP, este encontro não só foi reconhecido, como estimulado pela ampliação dos horários disponíveis.

A metodologia utilizada, que fez dos participantes sujeitos do encontro, foi reconhecido como válida na avaliação do último dia do Forum. Recomendou-se nesta avaliação, que a metodologia fosse repetida no II FONEP e sugeriram-se modificações para aprimorá-la, como por exemplo, a inclusão de experiências práticas e bem sucedidas nos debates livres e a organização de exposições sobre materiais produzidos pelos vários grupos.

Todavia, o sucesso da metodologia não encobre limitações e falhas observadas durante o transcorrer do Forum.

Em primeiro lugar, deve ser observado que alguns participantes devem ter saído frustrados. Aqueles que foram ao FONEP em busca de receitas e fórmulas prontas para a solução de seus problemas e ansiedades particulares não encontraram estas fórmulas mágicas. Aqueles que esperavam as palavras orientadoras de "estrelas" teóricas que apresentassem novidades para aumentar a sua "coleção de idéias" também não devem ter ficado satisfeitos. Embora em número muito reduzido, os "seguidores de receitas" e "coleccionadores de idéias" também existiram no FONEP, como existem em todos os encontros e congressos. A diferença é que o Forum não foi feito para eles e estes devem ter saído frustrados.

Além disso, deve ser observado também que uma metodologia que procura estimular a reflexão sobre a prática exige dos participantes que estes tenham uma prática.

Apesar dos cuidados da organização em limitar o acesso ao FONEP apenas a Universidades, Assessorias e Entidades que tivessem uma prática, não faltaram os que foram ao FONEP "para aprender" e não "para trocar"

Obviamente alguns grupos de discussão ressentiram-se de fato. Ou pelo silêncio dos "aprendizes" ou pelas suas colocações repletas de slogans e chavões disvinculados da prática (que não possuíam).

Foi observado também, com alguma tristeza, que o hábito de teorizar a prática que se está fazendo, não é muito comum a todos os grupos de Educação Popular presentes ao FONEP.

Isto foi percebido principalmente nos grupos de discussão em que os membros limitavam-se a descrever as suas experiências sem conseguir estabelecer as relações existentes por detrás destas experiências ou sem encontrar laços comuns entre as várias experiências semelhantes.

Em resumo, estamos mais propensos a tentar pôr em prática teorias já pensadas por grandes intelectuais, do que a construir teorias que expliquem e ampliem o alcance da nossa prática.

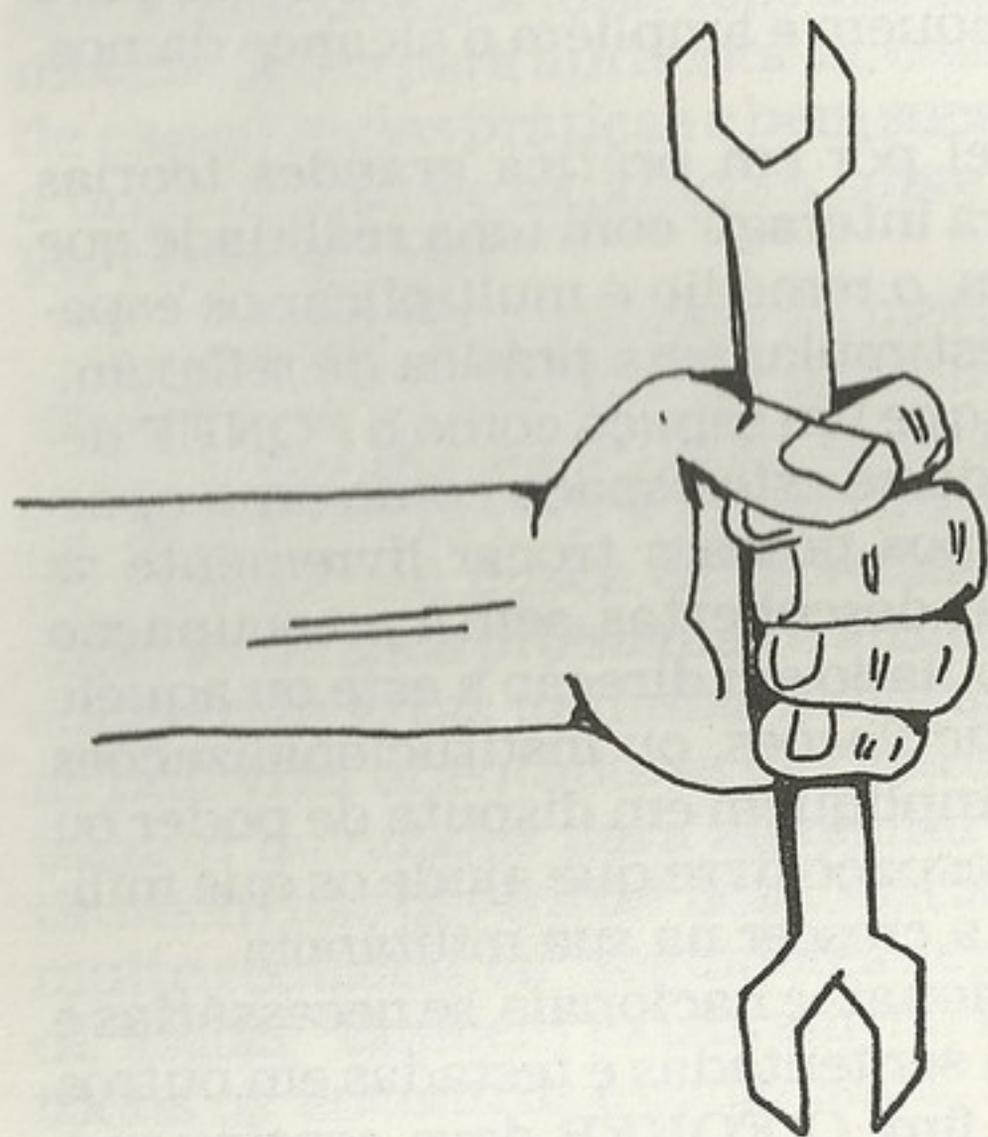
Como é impossível pôr em prática grandes teorias sem teorizar a prática, para interagir com uma realidade que é essencialmente dinâmica, o remédio é multiplicar os espaços como o FONEP para estimular esta prática de reflexão.

Podemos concluir que um espaço como o FONEP deve ser mantido. Entendendo-se este espaço como uma oportunidade para que os grupos possam trocar livremente as suas preocupações e as suas descobertas, sem a preocupação de manipular ou ser manipulado em direção a este ou aquele rumo. Sem o desejo de articulações, ou institucionalizações regionais e nacionais que impliquem em disputa de poder ou hegemonia de grupos. Um espaço livre que ajude os que militam na Educação Popular a crescer na sua militância.

As articulações regionais e nacionais, se necessárias e quando necessárias, devem ser tentadas e testadas em outros espaços destinados a este fim. O FONEP deve continuar a existir apenas como um instrumento facilitador das relações entre as entidades e instituições que trabalham com a Educação Popular. Estas relações só podem ser facilitadas quando não existem manipulados e manipuladores, vencidos e vencedores, quem está por cima e quem está por baixo, certos e errados. Enfim, quando as relações são horizontais e não verticais.

Isto ficou extremamente claro no plenário de avaliação quando foi proposta e aceita por unanimidade a realização do II FONEP em Goiânia no mês de julho de 1985, sob o patrocínio da PUC de Goiás.

Para organizá-lo estabeleceu-se uma Comissão Organizadora composta por um membro da PUC de São Paulo, um membro da PUC de Goiás, um membro da UNIMEP, de Piracicaba, e um representante da Comissão Organizadora do I FONEP.



EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICA POLÍTICA

(notas para um debate)

Alvaro Pantoja

(CEAS - Salvador-BA)

INTRODUÇÃO

A intenção dessas notas é de apontar para algumas questões já colocadas no universo das práticas que chamamos de “educação popular” na América Latina. São questões que apelam para uma tentativa de identificação da dimensão política das práticas educativas e da dimensão educativa das práticas políticas - conforme essas práticas vêm se desenvolvendo nos últimos anos no interior de movimentos sociais, grupos, entidades e organizações populares.

O caráter “inicial” deste debate entre nós e a grande variedade dessas práticas e dos contextos em que elas se desenvolvem, levam-nos, por um lado, a nos precaver das tentações do reducionismo (colocar tudo no mesmo saco) ou de pretender “análises globalizantes” que não dão conta das especificidades; por outro lado, apontam para a necessidade de avançarmos na percepção e compreensão desse conjunto de práticas diferenciadas - o que supõe um trabalho constante de registro (sistematização) e socialização das experiências.

A referência são as lutas do povo no campo e na cidade, nas diversas regiões do país (em todas elas).

O desafio - tarefa específica da Educação Popular - é articular e unificar o educativo dos setores populares, como um instrumento de construção do poder popular. Do local, passando pelo regional, ao nacional.

EDUCAÇÃO E PODER POPULAR

“O poder do povo se revela no ato de enfrentar seus adversários”.

Se a referência são as lutas do povo, o que se coloca antes de mais nada é a questão de onde e como, hoje, esse povo está enfrentando seus adversários. Índios, posseiros e bóias-frias, operários e trabalhadores urbanos, ocupantes

("invasores") de terrenos e desempregados, trabalhadores nas frentes de emergência e nos grandes projetos governamentais - todos estão lutando: por terra, por emprego, por melhores salários e condições de trabalho, por comida, por moradia, por liberdade e participação política, etc. Várias dessas lutas poderiam ser destacadas como "exemplares" dos limites e possibilidades, na nossa conjuntura, das acumulações de forças no sentido de um poder alternativo ao sistema de poder dominante.

No documento da CPT - "Pela Vida no Nordeste" - encontramos o seguinte: "Os sertanejos nordestinos não lutam contra as nuvens do céu azul, ou contra o sol inclemente, de resto inatingíveis. Lutam contra inimigos palpáveis, por direitos: os que detêm o monopólio da água e da terra" (ou - no dizer de trabalhadores maranhenses - "o problema do Nordeste não é a seca, é a cerca").

Ora, do monopólio da água e do monopólio da terra - meios essenciais à vida - decorre inevitavelmente o monopólio do poder do Estado. A significação política desta luta está também nas suas dimensões, no fato de que ela envolve diretamente uns vinte milhões de brasileiros - o povo do Nordeste rural e urbano - e diz respeito também a mais alguns milhões de nordestinos espalhados por esse Brasil afora (tangidos pela seca-cerca). Luta contra o monopólio da terra-água-poder do Estado: nas frentes de emergência, nas ocupações de terra; nos saques, nas resistências à expulsão, etc. São milhares de trabalhadores se reunindo e mobilizando em sindicatos, delegacias sindicais, oposições sindicais, CEB's, cooperativas, associações comunitárias, etc. Toda essa luta (o quê e quanto sabemos dela?) ainda não consegue abalar aquele monopólio.

Até bem pouco tempo não se ouvia falar de lutas dos bóias-frias. Nos dois últimos meses vem pipocando o que parece um vigoroso movimento (espontâneo?) que obtém vitórias expressivas referentes às suas reivindicações. São mais alguns milhões de trabalhadores - justamente os que se acham submetidos às mais duras condições de vida e trabalho - dos quais alguns milhares vivem hoje essa experiência coletiva de se contrapor ao poder dominante. Embriões de poder alternativo?

Há poucos meses todos assistimos pela TV o desenro-

lar, dia-a-dia, do enfrentamento direto de uma tribo indígena com os que detêm o poder máximo do Estado: de um lado, Raoni - Juruna - UNI; do outro, Andreazza - Medeiros - FUNAI. A imagem dos dois "chefes" (Raoni X Andreazza), um diante do outro, expressava enfaticamente a questão da qual se tratava: um poder diante de outro poder. Quais as armas de um e de outro? Como é que poderes diferentes (opostos) utilizam uma mesma arma, como por exemplo o Parlamento?

Por aí, procurando compreender as lutas populares, os movimentos sociais que se desenvolvem hoje em nosso país, é que chegamos ao questionamento da política como versão menor do poder do Estado - uma vez que "esses movimentos indicam não só formas de intervenção social, de reivindicação e de participação em decisões concernentes a um coletivo, mas revelam sobretudo o desejo (necessidade?) de práticas autônomas e diferenciadas, sem tutela de organismos partidários, estatais ou empresariais" (Cadernos do CEAS, n.º 89 p. 13).

E as instituições populares (associações, sindicatos, partidos), que poder reforçam? Nem simples instrumentos de poder dos trabalhadores, nem simples instrumentos de controle da burguesia e do Governo. Há uma grande diversidade de graus de autonomia, de participação popular efetiva, etc. São instrumentos ambivalentes de poder, pois dependem em boa parte de quem dirige, de quem tem o controle.

Nesse sentido, o que se coloca permanentemente para a Educação Popular, é que:

a) a partir das experiências dos grupos envolvidos em suas atividades, analise como o povo se organiza, se articula e concretiza estratégias e táticas para transformação de sua realidade; e analise as diversas formas e espaços de resistência (política, econômica, cultural, etc.) à exploração-dominação.

b) que analise sob essa perspectiva - a da construção do poder popular como um processo de acumulação de forças e experiências (onde todo avanço ou recuo é fundamental) - o significado das atividades desenvolvidas nos diversos projetos.

A condição para isso é uma prática "colada" ao Movi-

mento Popular, a quem compete avaliar se o que estamos fazendo presta ou não, se nossos trabalhos servem ou não à sua luta. Esta é a força alternativa da Educação Popular.

COMUNICAÇÃO, POLÍTICA E PODER

“A Rede Globo de TV não é uma estação de TV, mas uma expressão do poder, um dos mais incríveis que a sociedade brasileira produziu até hoje” (H. Souza)

Hoje, na sociedade tecnocrônica, quem “diz a palavra” (produção e difusão da informação) de certa forma “diz o que as coisas vão ser”. O poder dominante “diz a palavra” através de um sistema de comunicação autoritário - essa é a sua característica fundamental. Frente a esse sistema, como alternativa, temos o sistema de comunicação democrático-popular.

Desafios que se colocam para o sistema de comunicação democrático-popular:

a) o monopólio e centralização na produção e difusão da informação;

b) a articulação dos recursos (um sistema que supere a dimensão local para chegar à nacional);

c) o aperfeiçoamento da linguagem;

d) a apropriação-reinvenção de técnicas;

e) criar mecanismos de produzir dados e informações (níveis local, regional e nacional).

Questão: como estamos respondendo a esses desafios nos programas educativos?

EDUCAÇÃO POPULAR E POLÍTICA PARTIDÁRIA

Algumas questões:

— qual a contribuição específica da política partidária para a construção do poder popular?

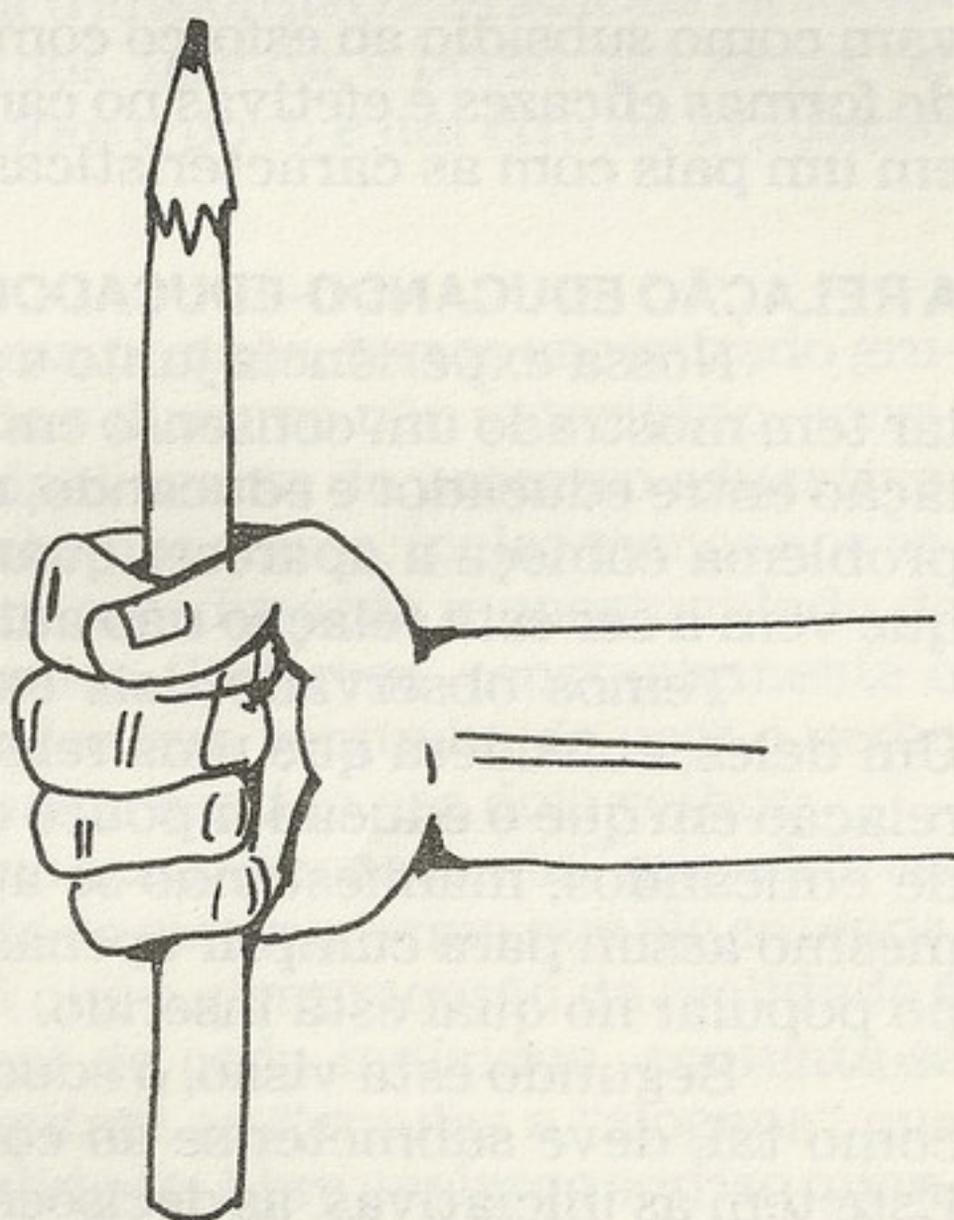
— qual a real possibilidade de influência das bases na vida dos partidos? Qual o peso real que têm na tomada de decisões? Qual a possibilidade de influência de bases que não estejam ligadas a nenhum grupo?

Essas questões não podem, evidentemente, ser discutidas “em abstrato”. Elas precisam ser jogadas contra o pano de fundo de um balanço crítico das práticas e posições as-

sumidas pelos diversos grupos (lideranças do Movimento Popular e também agentes de Educação Popular) com relação à política partidária, nos diferentes contextos locais e regionais.

EDUCAÇÃO-PODER POPULAR NA AMÉRICA LATINA

As reflexões em torno do tema “poder popular”, entre nós, não surgiram de algumas “cabeças iluminadas”, nem se desenvolvem no “mundo das idéias”. Elas têm um referencial histórico concreto no nosso continente: as experiências dos povos cubano, nicaragüense e salvadoreño - experiências nas quais a Educação Popular vem sendo desenvolvida como instrumento de construção e consolidação de um poder popular.



METODOLOGIA EM EDUCAÇÃO POPULAR

Jose Carlos Barreto

(Grupo VEREDA - São Paulo)

O objetivo desta colocação foi estimular a reflexão e a troca de experiências nos grupos de debates do FONEP. Este estímulo poderia ser feito pela introdução de perguntas apenas. Sabemos, porém, que todo texto traz em si um desafio à reflexão para aqueles que se dispõem a lê-lo de forma crítica.

Por isso, nos animamos a colocar neste texto, afirmações sobre questões que parecem preocupar os grupos que desenvolvem trabalhos em educação popular. Tais afirmações, embora representem o que pensamos hoje, estão longe de ser uma síntese pronta e acabada (mesmo porque sabemos que nunca existirá tal síntese). Seguramente este trabalho está repleto de pontos passíveis de divergências ou complementações. Tais colocações só foram feitas na esperança de que sirvam como subsídio ao esforço comum de todos nós na busca de formas eficazes e efetivas no campo da Educação Popular em um país com as características do Brasil.

A RELAÇÃO EDUCANDO-EDUCADOR NA EDUCAÇÃO POPULAR

Nossa experiência junto a grupos de educação popular tem mostrado um consenso em torno da idéia de que a relação entre educador e educando, não deve ser autoritária. O problema começa a aparecer quando se tenta estabelecer o que vem a ser esta relação não autoritária.

Temos observado dois extremos nesta concepção. Um deles, considera que uma relação não autoritária é uma relação em que o educador pouco ou nada interfere no grupo de educandos, manifestando-se apenas quando chamado e mesmo assim para cumprir apenas as determinações do grupo popular no qual está inserido.

Segundo esta visão, o educador é quase um intruso e como tal, deve submeter-se ao comando do grupo popular. Este tem as iniciativas, as decisões, orientações e determinações. Ao agente educador compete obedecer ao grupo. O educador, desta forma, torna-se um instrumento do grupo popular.

Parece-nos que tal concepção não elimina a relação autoritária entre educador e educando, mas apenas inverte o sentido mais comum desta relação. Ao invés do educador dominar o educando, é o educando que domina o educador. A relação permanece a mesma, apenas estão invertidas as posições...

Assim, dentro de um maniqueísmo ingênuo, faz-se do pobre a síntese de todas as virtudes, assim como do rico a síntese de todos os vícios. O pobre é trabalhador, honesto, inteligente, sábio, etc. como o rico é preguiçoso, ladrão, burro, ignorante, etc.

Tal maniqueísmo, em confronto com a realidade cai por terra e é causa de inúmeras frustrações. Não se pode, impunemente, contrariar a realidade, quando se é militante.

Supervalorizando a capacidade e as condições populares, estaremos contribuindo muitas vezes para a permanência da situação da forma em que ela está. Na ingenuidade de imaginar que o povo sempre sabe o que fazer, dificilmente estaremos contribuindo para transformações radicais na sociedade injusta em que vivemos. Ignorar o poder das forças de manutenção do sistema sobre o povo é um erro de avaliação de sérias consequências.

No lado oposto dessa posição, temos encontrado grupos que, embora mantendo o discurso não autoritário, consideram o educador o principal agente do processo educativo. É ele, o educador, quem sabe das coisas, (pelos menos nos assuntos políticos) e enxerga na educação a oportunidade de “conscientizar” os educandos. Emprega constantemente o verbo “conscientizar” porque tem vergonha de usar o verbo “convencer”, mas dá o mesmo sentido aos dois verbos.

Acredita que o povo estará “consciente” quando é capaz de entender a realidade da mesma forma que ele entende. Como isto é impossível, já que a compreensão da realidade é função da equação pessoal de cada indivíduo, contenta-se com que os educandos repitam as fórmulas e “slogans” que ele explicita sobre esta realidade. Abre um largo sorriso quando vê o povo criticar o capitalismo, as multinacionais, o imperialismo, ou elogiar Cuba e Nicarágua, sem se preocupar em saber se tais críticas ou elogios são convicções ou apenas uma

reprodução verbal de “slogans” oportunos a serem ditos quando a audiência é favorável.

Sua preocupação é fazer dos educandos uma reprodução de si mesmo. Como não se posiciona em favor das relações autoritárias, trata de dar aparência democrática à sua militância autoritária. Aliás, preocupa-se muito com a aparência. Parece deixar aos educandos a tomada de decisões que ele já tomou. Ao discutir com o povo, já está com as conclusões definidas e seu trabalho educativo consiste em “fazer a cabeça” dos educandos. (Talvez se desse melhor como cabeleireiro do que como educador!) Precisa levar o povo a chegar às conclusões “certas”. Por coincidência, conclusões certas são as que ele tem na cabeça...

As discussões deste educador com o povo, não são uma busca de conhecimento, mas um engraçado jogo de adivinhação, em que os educandos terão que “adivinhar” o que pensa o educador. Este, para manter o interesse, vai dando algumas indicações do tipo “está quente, está frio”, quer valorizando estrategicamente o que alguém disse, quer fazendo perguntas com respostas simples e condicionadas. O educando logo aprende as regras do jogo e memoriza o conjunto das respostas certas que estão na cabeça do educador(?). Assim, logo estarão “conscientizados”

Infelizmente, a transformação da realidade não é um jogo de salão. E é provável que estes educadores se decepcionem quando a realidade fizer com que os campeões destes jogos “furem” as greves, votem no PDS ou abandonem o mutirão...

O traçado, um pouco caricatural destes dois extremos, foi feito para sugerir que a metodologia da nossa relação com os educandos deverá fugir destas duas situações. Não deverá ser nem espontaneista, nem autoritária.

Tanto o educador quanto o educando têm conhecimentos e vivências próprias e específicas. Da fusão destes conhecimentos e vivências diferentes é que resultarão novos conhecimentos e comportamentos que possibilitarão uma sociedade nova. Assumir estas diferenças sem que elas sejam causa de superioridade do educando, nem do educador, parece-nos um severo desafio que está colocado. Sem vencê-lo,

não acredito na possibilidade de estabelecer uma relação educativa.

PARTIR DE ONDE O POVO ESTÁ, NÃO DE ONDE GOSTARÍAMOS QUE O POVO ESTIVESSE

Nossa experiência tem indicado que muitos são os educadores que ignoram a realidade em que atuam e iniciam seu trabalho a partir de uma visão fictícia das aspirações populares. Ouvimos com frequência a queixa de que o povo está interessado apenas na solução de seus pequenos problemas particulares e não na solução dos problemas nacionais.

Por isso estes educadores, gastam grande parte da sua energia tentando inibir a discussão e a militância popular nos seus problemas concretos e, em seu lugar, colocar os grandes temas de transformação social. Irritam-se com o tempo e trabalho gasto na reivindicação de creches, iluminação pública, calçamento, etc., em prejuízo da discussão e mobilização em favor das diretas já, Reforma Agrária ou da luta sindical. Querem a todo custo atingir os objetivos que no seu entender provocarão as transformações sociais necessárias.

Tais "educadores" ignoram o óbvio. Que educação é um processo que se inicia sempre a partir da realidade atual do educando, para atingir novas etapas de ação e reflexão. Ignoram que o conhecimento tem início no conhecido para então atingir o desconhecido.

Desconhecer o ponto de partida, isto é, o grau de consciência, de conhecimento, de interesse em que se encontra o grupo de educandos é condenar-se a um trabalho infrutífero. Como é possível esperar que a mulher trabalhadora se interesse pelas grandes lutas sindicais se sua preocupação está centrada na questão de onde deixar as crianças enquanto vai trabalhar? É possível, e até provável, que ela perceba depois de reivindicar e refletir que somente aumentando o poder de seu sindicato é que o problema terá solução. Mas, esta percepção ocorrerá somente a partir do seu problema concreto. Nunca a partir de discursos, palestras ou aulas teóricas desvinculadas da sua preocupação concreta.

É óbvio que não estamos aqui defendendo a idéia de que as aspirações populares devem ser mantidas no nível atual, sem desenvolverem-se para soluções mais amplas e

abrangentes. Isto seria a negação da própria educação que se destina a tornar as pessoas mais pessoas.

E conhecer mais o mundo é ser mais pessoa.

Pelo contrário, temos a certeza que é função intransferível do educador, estimular a ampliação dos horizontes do grupo de educandos. Embora não seja o único responsável, o educador popular trairá sua missão de educador e de agente transformador da sociedade se após manter relações com um grupo popular não tiver contribuído para que este grupo tivesse ampliado a sua visão de mundo e alterado o seu comportamento frente à construção deste mundo.

Nesta modificação, terá, o educador, um papel muito importante pelo fato de ser diferente dos educandos. Nem superior, nem inferior, mas diferente.

O que sabemos é que esta transformação não ocorrerá, pelo menos com o auxílio do educador, se este não partir da realidade do povo com o qual ele está trabalhando e a partir da qual será forjada a nova realidade.

A COMPETÊNCIA DO EDUCADOR POPULAR

O trabalho do educador popular exige competência. É preciso lutar com todas as forças contra a idéia muito difundida de que ao povo, tão carente de conhecimentos oficiais, qualquer tipo de informação serve. Afinal, pensam alguns, qualquer coisa é melhor do que nada! Dentro desta visão passam-se ao povo informações de segunda qualidade, muitas vezes simples caricaturas das informações completas.

Acreditamos que se determinado conhecimento pode ser útil ao povo, tal conhecimento deve ser integral e não apenas uma simples tintura. A verdade deve ser conhecida por inteiro e não apenas pela tintura.

Dizer que o culpado pela miséria é o "Sistema" e não fornecer elementos para que o "Sistema" seja conhecido é apenas aumentar a confusão e a sensação de inferioridade muito comum nas classes populares. O problema é que muitas vezes nem o educador tem uma visão clara do que é o "Sistema". Daí decorre a necessidade de que o educador popular prepare-se cuidadosamente para exercer a sua função e busque os conhecimentos necessários para este exercício. Não pode contentar-se apenas com a sua intuição ou com a boa

vontade. Minha avó já dizia que de boa vontade o inferno está cheio!

Esta competência não é necessária apenas na preparação de eventuais conteúdos, mas deve abranger também a pedagogia e os materiais utilizados por esta pedagogia.

A QUESTÃO DOS MATERIAIS

Acreditamos que a área de produção de materiais de educação popular é uma área merecedora de séria reflexão. Talvez aí a questão da competência se coloque com maior rigor.

Não temos a menor dúvida de que seja um fato bastante positivo a enorme quantidade de materiais que são produzidos pelas entidades e movimentos de educação popular. Nos últimos tempos têm-se multiplicado os materiais escritos, os slides, os audiovisuais, etc. Provavelmente da quantidade teremos um aprimoramento da qualidade. Todavia, é forçoso reconhecer que muita coisa precisa ser feita em direção a esta qualidade.

A primeira coisa a ressaltar é que não estamos nos referindo à qualidade como sinônimo de material de alto custo. Acreditamos que o custo tem pouco a ver com a questão da qualidade dos materiais. Temos visto material de elaboração custosa e que, no entanto, não tem a qualidade necessária a um trabalho popular.

Sabemos que os recursos disponíveis são sempre insuficientes para a execução de publicações ou outros instrumentos educativos. Portanto, normalmente os materiais precisam ser baratos. Todavia, isto não significa que devam ter baixa qualidade. Um material mimeografado bem feito tem o mesmo custo de um material mimeografado mal feito. Aliás, o bem feito sai mais barato se considerarmos a relação custo-benefício.

Um material é bem feito quando serve aos objetivos para os quais foi criado. Quando - é claro - não se apresenta borrado ou com desenhos mal executados.

É preciso denunciar a atitude hipócrita de que "se é para o povo, qualquer coisa serve". Ou então a tradicional desculpa de que "antes isto do que nada". Na medida em que materiais ruins ajudam a reforçar a atitude de auto-descon-

fiança que acompanha muita gente do povo, eu digo: "antes nada do que um material incompreensível e sujo"

Exatamente porque é para o povo, normalmente aquele mais explorado e carente, aquele que recebe as sobras da sociedade, que é necessário que receba o que de melhor possamos produzir. As dificuldades e necessidades são maiores e, portanto, as nossas respostas a elas tem que ser mais elaboradas do que o usual.

E, muitas vezes, os grupos são capazes de produzir melhor. Basta comparar os seus materiais produzidos para uso popular e os materiais enviados às suas respectivas entidades financiadoras...

Para produzir bom material é preciso valorizar a produção popular, mas é imprescindível não "fetichizá-lo", isto é, não considerar bom apenas porque é feito por alguém do povo. Não é apenas por ser do povo que alguém desenha bem. Não é apenas por ser feito por alguém do povo que um texto é claro e consistente. Quantos materiais não tiveram comprometida a sua qualidade porque desenhados ou preparados por gente do povo que não tinha condição de executá-los! Estimulou-se um ou dois, mas 300 ou 400 foram prejudicados.

Para a produção de um bom material, é preciso criatividade. Não apenas para concebê-lo, mas também para executá-lo. Infelizmente a criatividade não tem sido o forte nos nossos materiais. Ficamos dependentes da cópia de outros materiais que eventualmente deram certo sem perceber que o que foi bom para o Peru pode não ser bom para São Paulo. O que serviu no Rio Grande do Sul pode não servir no Amazonas.

E, acima de tudo, é imprescindível avaliar o material que produzimos para verificar se ele está servindo às finalidades para as quais foi criado. É esta avaliação que permitirá o crescimento da nossa experiência e prática na execução de materiais. O material não é um objetivo, mas apenas um instrumento que deverá ser continuamente aprimorado.

Esta é a nossa contribuição para que o processo contínuo de reflexão sobre a prática, que deve acompanhar qualquer educador popular, continue durante este nosso encontro.



UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR

(pontos para discussão)

Luis Eduardo Wanderley

(PUC - São Paulo)

1. Níveis de educação popular na América Latina

Em um alto grau de generalização, teríamos três níveis de análise de Educação popular na América Latina:

1.1. A educação popular patrocinada basicamente pelo Estado, no sentido de difundir a educação burguesa a todos os setores, de natureza não-negadora-do-capitalismo, mas que pode fornecer as bases para a crítica desta formação econômica-social e conduzir a lutas negadoras do mesmo em dadas condições concretas. É a realidade da maioria dos países do continente. Neste caso, os grupos, setores e classes populares devem fazer com que o Estado crie e, onde já existem, assegure e estenda as liberdades democráticas que garantem a existência da cidadania. Ou seja, obter os direitos civís (direitos ligados à liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, de fé, de informação, direito à propriedade, o direito de contratar, o direito de justiça, etc.), os direitos políticos (direito de votar e ser votado, de fundar partidos políticos, de participar no exercício do poder político, etc.), os direitos sociais (direito à educação, à saúde, à previdência social, ao bem-estar econômico, etc.).

Aqui, a escola pública cumpre papel fundamental.

Órgãos privados também colaboram neste tipo de educação, tais como, escolas particulares, meios de comunicação de massa (rádio, imprensa, televisão, etc.). No Brasil, eles têm assumido uma importância crescente.

1.2. A educação popular patrocinada basicamente por grupos e instituições não-governamentais, no sentido de negar o capitalismo e criar as condições e os meios de sua mudança, para a construção do socialismo.

Neste caso, é a Sociedade Civil que tem papel preponderante. Nela, são os órgãos de classe (conselhos, sindicatos, associações, etc.), as entidades políticas (movimentos, partidos), as igrejas, as organizações e movimentos populares, e

grupos e instituições privados (institutos, profissionais, agentes de pastoral, professores, estudantes, etc.), que buscam realizar esta educação.

São indicadas algumas características desta educação: a) acompanha o desenvolvimento das forças produtivas; b) liga-se aos interesses das classes populares; c) articula-se com outras lutas sociais das classes populares; d) conduz à transformações estruturais; e) defende a igualdade de direitos, de participação ativa e responsável; f) relaciona a teoria com a prática; g) relaciona a educação com o trabalho; h) faz-se com métodos e técnicas anti-autoritárias, anti-elitistas e anti-massificadoras; i) objetiva alcançar o poder popular.

Nesta orientação, apesar da enorme diversidade existente, tem havido um crescimento significativo da mesma em toda a América Latina. Inclusive utilizando micro-meios (como televisão comunitária, material áudio-visual, video-cassetes, filmes, etc.).

1.3. A educação popular patrocinada pelo Estado nos países que saíram do capitalismo e buscam consolidar outra alternativa, na linha do socialismo (Cuba e Nicarágua). Nestes países, não se fala mais em educação popular, já que toda a educação é considerada popular, distinguindo-se a educação para os jovens e os adultos.

Neste caso, o Estado adquire a preponderância e são valorizadas a educação massiva (campanhas de alfabetização) e formas de ensino mais adequadas às situações vividas por seus povos.

Todas elas apresentam problemas e levantam questões para a nossa reflexão. Centraremos a análise na educação produzida pelos grupos de assessoria em educação popular (que buscam concretizar a educação exposta em 1.2., preponderantemente) e a educação produzida pelas universidades (que, a partir de 1.1., têm tentado avançar para a educação exposta em 1.2.). Ademais, abriremos possibilidades para a reflexão sobre outras instituições que pretendem também produzir educação popular.

2.A Universidade no Brasil

Falar da Universidade Brasileira em geral é algo bastante complexo, dada a diversidade que ela apresenta nas várias regiões. Há elementos comuns que derivam basicamente do processo histórico de sua formação e expansão no país, do seu atrelamento à política educacional formulada pelo Ministério de Educação e Cultura e à sua centralização burocratizadora, e das práticas convergentes em um grande número de pontos. Mas há elementos particulares que derivam basicamente da história de fundação de cada uma, dos contextos nas quais se desenvolvem, das relações internas e externas que mantêm, das lutas internas dos seus segmentos (estudantes, professores e funcionários, etc.).

Relembrando alguns temas de debates que têm origem no passado e permanecem até hoje, podemos exemplificar:

- se ela deve dar formação geral ou formação profissional (engenharia, medicina, direito, etc.). Na realidade predominou predomina a formação de profissionais;

- se ela deve se massificar (abrir vagas para todos que terminam o 2.º grau, ou para a maioria deles), ou deve selecionar (aqueles que são capazes de vencer o vestibular). Em nossa história houve oscilações entre aumentar as taxas de ingresso ou contê-las, dependendo de pressões políticas, e hoje existe a admissão por classificação através do vestibular (entra quem consegue se classificar por notas mínimas, em função do número de vagas existentes nas instituições);

- se ela deve se dedicar somente ao ensino, ou também à pesquisa. Normalmente, variando de uma área para outra, o ensino domina, e se faz pouca pesquisa, com raras exceções;

- se ela deve se preocupar com questões sócio-econômicas-políticas-externas, se deve manter neutralidade ou se politizar. Em nossa história, principalmente pela atuação de grupos do movimento estudantil e grupos de professores, ela sempre esteve presente nos movimentos e debates políticos;

- se ela deve se expandir para atuar em atividades fora da universidade, e trabalhos de extensão (serviços) e qual a natureza destas atividades. Há hoje uma enorme variedade de trabalhos neste campo que se relacionam de múltiplos modos com o ensino e a pesquisa.

3. Extensão Universitária (Serviços)

Levantamentos feitos sobre os programas e atividades em extensão no país mostram que eles têm assumido perspectivas diferenciadas de atuação. A extensão passa pelos estágios curriculares (estágios que os alunos cumprem, ligados a disciplinas dos seus cursos), por trabalhos de assessoria e consultoria, por atividades de assistência e atendimento social a setores carentes, por iniciativas de cunho mais cultural, por cursos de diferentes naturezas, por vínculos com programas governamentais e empresariais, e por treinamentos de capacitação principalmente em zonas rurais.

Poucas são as atividades dirigidas à conscientização e organização dos setores populares e, mesmo esses, existem quase sempre da instituição para a população e sob o controle da universidade. Uma enumeração não exaustiva dessas atividades e desses programas poderia ser a seguinte:

- estágios curriculares;
- intercâmbio de atividades culturais;
- cursos de extensão cultural e extensão universitária;
- "campus" avançado;
- CRUTAC - Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária;
- treinamentos de professores de 1.º grau;
- universidade-empresa;
- manifestações culturais - documentação e memória;
- participação em comunidade rurais;
- ação comunitária;
- cooperativas para médios e pequenos produtores rurais;
- atendimento em hospitais;
- difusão da cultura - espetáculos, concertos, etc.;
- transferência de tecnologia;
- assistência a miniprodutores rurais;
- ensino à distância;
- convênios com governo - projetos variados;
- saúde familiar;
- centros de psicologia aplicada e clínica;
- assistência jurídica;
- cursos profissionalizantes;
- treinamentos de servidores públicos;

- educação sindical;
- estudos sobre América Latina;
- ecologia humana;
- pesquisas em alimentação;
- etc.

A ida de professores e estudantes para os bairros suburbanos e pobres, a participação em trabalhos de assessoria e consultoria, a presença em atividades de intervenção social, e outras iniciativas de cunho social nas universidades têm trazido modificações internas importantes e levantado questões sobre o papel da universidade na sociedade.

4. Efeitos dos trabalhos de extensão na linha da educação popular

Muitos trabalhos de extensão são realizados sem qualquer finalidade vinculada a uma orientação de educação popular. Mas há atividades diretamente voltadas para este campo. Dentre os aspectos significativos a serem mencionados podem ser destacados as modificações e as alternativas que vêm acontecendo no ensino, na pesquisa, nas atividades de serviços, e na interrelação entre eles.

Realizam-se cursos para os setores populares, utilizando técnicas de dinâmica de grupo, de comunicação popular, algumas vezes com a participação de representantes dos setores populares envolvidos na elaboração do conteúdo dos cursos. Isto tem contribuído para elevar o nível da conscientização, mobilização e mesmo organização desses setores. Dentro da universidade se produzem modificações nos temas de estudo, revendo conceitos e teorias, nos métodos e nas técnicas de ensino, nas relações professor-aluno.

Na área de pesquisa, modificações são produzidas na escolha do objeto de estudo, com temas ligados aos interesses dos setores populares, na revisão das fundamentações teóricas existentes, na sistematização de novas orientações teóricas. Surgem reflexões e práticas mais organizadas de pesquisa-ação, de pesquisa participativa, em que as populações estudadas participam de todo o processo de investigação (diagnóstico, amostragem, coleta dos dados, análise e retorno) e vão se apropriando das técnicas de pesquisa. Os instru-

mentos clássicos de pesquisa são reanalisados (questionário, entrevista, estudos de caso, histórias de vida, etc.).

Nas áreas dos serviços são estimuladas múltiplas atividades, ou ligadas diretamente a problemas específicos da profissão, ou interdisciplinares, atuando ora com instituições públicas, ora com instituições privadas, ora diretamente em nome da universidade. Os grupos mais empenhados nessas atividades têm feito um esforço para vinculá-los ao ensino e à pesquisa. Tem havido, em uns poucos casos, uma modificação na situação tradicional em que a universidade controlava todo o processo de trabalho, com o surgimento de experiências em que as organizações e os movimentos populares é que passam a controlar os serviços e contratam os técnicos e profissionais para realizá-los.

5. Problemas da Universidade em sua relação com as atividades de educação popular

5.1. Controle dos serviços

Já se disse que o controle (principalmente das decisões, mas mesmo dos recursos, da implementação e da execução) fica normalmente com a universidade. Ultimamente, algumas entidades populares romperam este esquema e vêm buscar serviços na universidade, sendo que a escolha das pessoas e a linha é dada por elas.

5.2. Dependência e auto-sustentação

Se o controle é da universidade, cria-se uma dependência do grupo, comunidade, população. Havendo uma saída do trabalho por parte da universidade (por crise interna, mudança de chefias, falta de recursos, etc.), o trabalho tende a acabar ou a se esvaziar. Um poucas experiências tem conseguido criar mecanismos e oferecer meios para que o trabalho seja auto-sustentado. O importante, que dificilmente acontece, é não impedir o surgimento dos intelectuais originários dos setores populares, que assumam o trabalho como sujeitos ativos e responsáveis e que, no limite, possam dispensar a ajuda, a assessoria, etc.

5.3. Continuidade

Questão grave diz respeito à continuidade do trabalho iniciado.

Em várias ocasiões, grupos de professores e de alunos iniciam uma prática educativa com muito entusiasmo, mas o vão perdendo no processo, em virtude das dificuldades e obstáculos surgidos. Não se pode brincar com o povo, que nestes casos se torna arredio e descrente da atuação da universidade.

5.4. Retorno

Existem muitos testemunhos de comunidades, bairros e outros locais, em que a população resiste às entrevistas e pesquisas externas, porque respondem sempre as mesmas perguntas, e porque não sabem o destino daquilo, já que nada recebem de volta. O retorno é fundamental, para quebrar o paternalismo e a manipulação, e para que o povo eleve o seu nível cultural.

5.5. Recursos

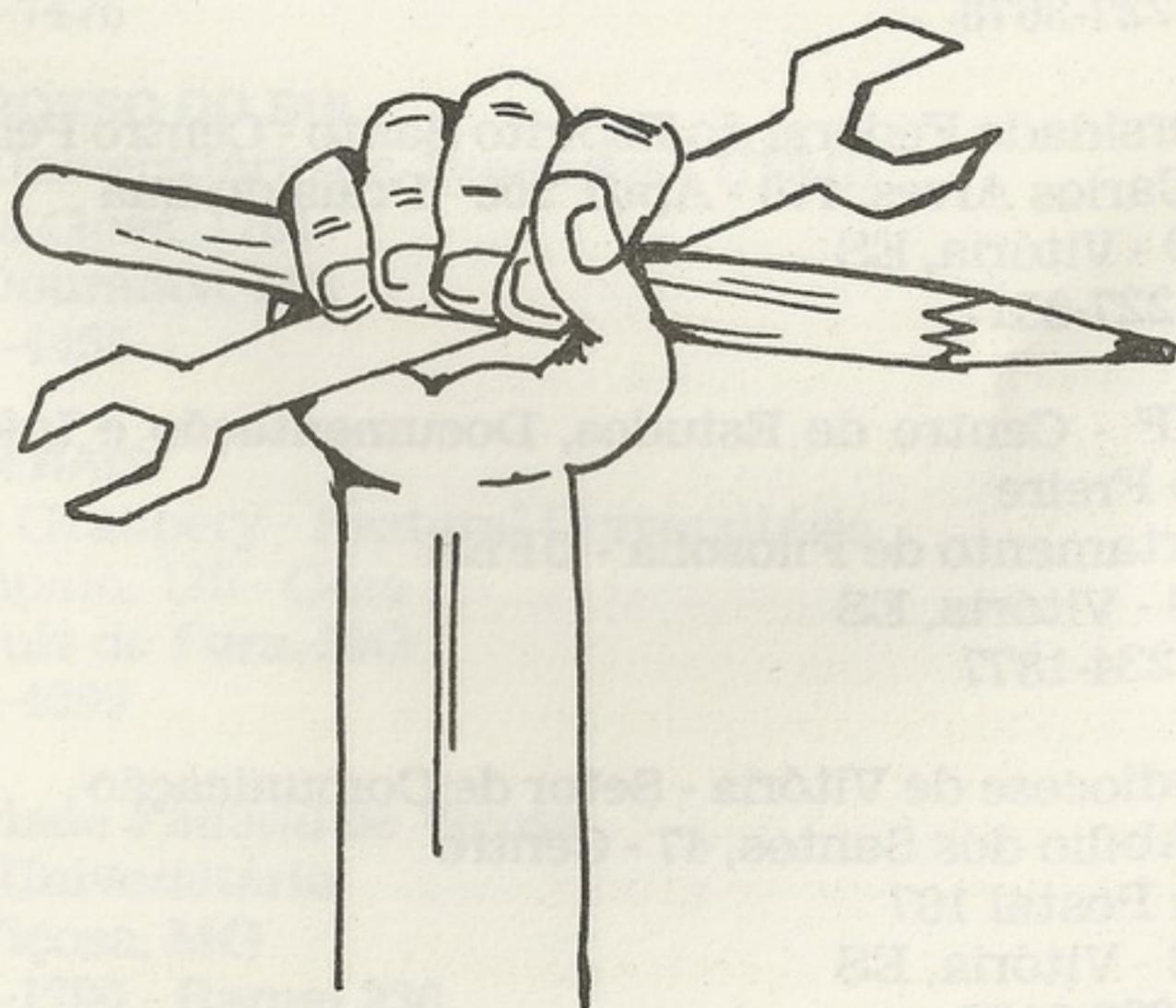
População pobre, falta de recursos - mesmo considerando o potencial que existe aqui e acolá nos próprios setores populares - faz com que todo o trabalho tenda a reivindicar mais e mais recursos externos, à medida em que o trabalho se expande. Acontece que os recursos são escassos e a demanda cresce, tanto de recursos governamentais quanto de recursos privados. Dentro da Universidade, os recursos têm diminuído progressivamente, as reivindicações dos professores e funcionários por melhores salários aumentam, os estudantes reclamam dos preços das anuidades. Como racionalizar os recursos internos para as atividades de ensino, pesquisa, administração e os próprios serviços?

5.6. Conflitos internos e externos

Dadas a composição social da comunidade universitária e as concepções divergentes sobre o ensino e a missão da universidade, tem havido pressões contrárias à sua presença em extensão, principalmente quando as atividades são dirigidas aos setores populares. E a prática demonstrou que as tensões se tornam mais agudas quando surgem conflitos políticos nas atividades de extensão (nas relações com as autoridades, com militantes políticos, com tendências, etc.). questionando-se sobre qual deve ser o grau de envolvimento da universidade neste tipo de atuação.

5.7. Relação agente externo e base (população atendida) Este ponto vale para qualquer agente externo, mas

tem elementos específicos para os agentes da universidade. A questão de fundo trata do papel do intelectual que não pertence às classes fundamentais do capitalismo e que quer ser **intelectual orgânico** dessas classes, principalmente quando ele pertence à pequena burguesia, à chamada classe média, ou quando ele pertence às igrejas (clero, religiosos). É sabido que a pequena burguesia não tem um projeto próprio de sociedade e tende quase sempre a ser cooptada pela burguesia, mas como há contradições no sistema, como as classes populares procuram também conquistar os intelectuais dessa classe, eles podem optar pelas mesmas. Tem sido colocado que eles podem se transformar em intelectuais orgânicos das classes populares na medida em que for havendo uma **identificação sua pela teoria e pela prática com os reais interesses das classes populares**. Isto coloca as questões de se saber como é possível esta identificação, o que a facilita e o que a impede, quem diz quais são esses reais interesses, e assim por diante. O Forum poderia dar pistas nesta direção.



ENTIDADES PARTICIPANTES DO FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR

BAHIA

**FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do
S. Francisco
Praça Barão de Cotegipe, 24
47.100 - Barra, BA
Fone 662-2129**

BAHIA

**CEAS - Centro de Estudos e Ação Social
Rua Aristides Novis, 101 - Federação
40.000 - Salvador, BA
Fone 247-1232**

ESPÍRITO SANTO

**Grupo de Pastoral Ambiental e Serviços
Rua Chafic Murad, 129 - Apto. 305 - Ferreira
29.000 - Vitória, ES
Fone 227-3678**

**Universidade Federal do Espírito Santo - Centro Pedagógico
Rua Carlos Alves, 170 - Apto. 505 - Praia do Suá
29.000 - Vitória, ES
Fone 227-8517**

**CEDIF - Centro de Estudos, Documentação e Informação
Paulo Freire
Departamento de Filosofia - UFES
29.000 - Vitória, ES
Fone 234-1877**

**Arquidiocese de Vitória - Setor de Comunicação
Rua Abílio dos Santos, 47 - Centro
Caixa Postal 107
29.000 - Vitória, ES
Fone 223-2186**

GOIÁS

Universidade Católica de Goiás - Vice-Reitoria Comunitária e Estudantil

Praça Universitária, 1440

74.000 - Goiânia, GO

Fone 225-1188 - Ramal 136

Universidade Católica de Goiás - Departamento de Educação

Praça Universitária - Faculdade de Educação

74.000 - Goiânia, Go.

Fone 225-1188 - Ramal 159

MATO GROSSO

Centro de Educação Permanente e Desenvolvimento

Fundação Universidade Federal Mato Grosso

Av. Fernando Correa, s/n - Coxipó

78.000 - Cuiabá, MT

Fone 361-2211 - Ramal 146

GTME - Grupo de Trabalho Missionário Evangélico

Quadra 15 - lote 2 - Carumbé

Caixa Postal 642

78.000 - Cuiabá, MT

Fone 322-7476

MATO GROSSO DO SUL

Centro Universitário de Dourados - UFMS

Rua Rosa Goes, 1761

79.800 - Dourados, MS

Fone 421-4456

MINAS GERAIS

Instituto Granbery - Pastoral Universitária

Rua Sampaio, 129 - Casa 1

36.100 - Juiz de Fora, MG

Fone 212-4099

Universidade Federal de Viçosa

Campus Universitário

36.570 - Viçosa, MG

Fone 871-1790 - Ramal 236

**GETEC - Grupo de Estudos e Trabalho em Educação
Comunitária**
Rua Marcílio Dias, 258F - Nova Suíça
30.000 - Belo Horizonte, MG
Fone 334-2199

PARÁ

Movimento de Educação de Base - Centro Social da Capelinha
68.540 - Conceição do Araguaia - PR
Fone 421-1698

PARANÁ

**ADITEPP - Associação Difusora de Treinamento e Projetos
Pedagógicos**
Av. Visconde de Guarapuava, 2674
80.000 - Curitiba, PR
Fone 223-3260

**ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência
Rural**
Av. Gal. Osório, 500
Caixa Postal 124
85.600 - Francisco Beltrão, PR
Fone 22-1354

**União Geral das Associações dos Moradores e Amigos de
Bairros de Curitiba**
Rua Voluntários da Pátria, 215 - Apto. 403
80.000 - Curitiba, PR
Fone 276-3286 - 223-7026 - 234-8907 (recados)

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Toledo
85.900 - Toledo, PR
Fone 52-1141

Secretaria de Estado de Educação - DESU
Av. Getúlio Vargas, 1682
80.000 - Curitiba, PR
Fone 242-7611 - Ramal 184

Secretaria Municipal de Educação
Rua Capitão Aristóteles Moreira, 990
83.700 - Araucária, PR
Fone 842-1884

Departamento de Saúde e Bem Estar Social da Prefeitura Municipal
Prefeitura Municipal de Araucária
83.700 - Araucária, PR
Fone 842-2241

ACARPA EMATER - PR
Rua da Bandeira, 171
80.000 - Curitiba, PR
Fone 253-2211

PERNAMBUCO

Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CENTRAN - PE
Rua Japecanga, 64 - Prado
50.000 - Recife, PE
Fone 228-4992

Secretaria Municipal de Educação
Av. Historiador Pereira da Costa, s/n
CABO, PE

ECOS - Equipe de Comunicação Sindical (ECOS)
Praça Maciel Pinheiro, 357 - B. Vista
50.000 - Recife, PE
Fone 221-1168

Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro
Rua Barão de São Borja, 495 - Boa Vista
50.000 - Recife, PE
Fone 222-1906

Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social
Rua Gervásio Pires, 39 - salas 26 e 27
50.000 - Recife, PE
Fone 231-0745

UFPE - PIMES - Curso de Mestrado em Sociologia
Edf. Institutos Básicos - 12.º - Cidade Universitária
Fone 271-3987
50.000 - Recife, PE

PIAUI

CEPAC - Centro Piauiense de Ação Cultural
Rua São Pedro, 1976
64.000 - Teresina, PI

RIO DE JANEIRO

IBRADES - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
Rua Bambina, 115
CEP 22.251 - Rio de Janeiro, RJ
Fone 286-8522

CEDAC - Centro de Ação Comunitária
Largo do Machado, 29/516 - Laranjeiras
22.221 - Rio de Janeiro, RJ
Fone 225-9142

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e
Educativa
Rua das Palmeiras, 90
22.270 - Rio de Janeiro, RJ
Fone 286-6134

NEP - Núcleo de Educação Popular
Universidade Santa Úrsula
Rua Fernando Ferrari, 75
22.222 - Rio de Janeiro, RJ
Fone 551-5542 - Ramal 176

Associação Estadual de Saúde Pública
Educação e Saúde: Uma Proposta de Trabalho Comunitário
Av. Churchill, 97 - 1207
20.000 - Rio de Janeiro, RJ
Fone 242-2205

CERIS - Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais

Rua Dr. Júlio Ottoni, 571 - 3.º subsolo - Santa Tereza

20.241 - Rio de Janeiro, RJ

Fone 265-5177

RIO GRANDE DO SUL

Associação Comunitária Berta Lutz

Rua Eudoro Berlink, 503-303

90.000 - Porto Alegre, RS

Fone 32-2354

GEA - Grupo de Estudos e Assessoria Agrária

Rua Gaspar Martins, 470

Caixa Postal 10.507

90.000 - Porto Alegre, RS

Fone 25-0787

UPACAB - União Pelotense de Associações Comunitárias

Rua Voluntários da Pátria, 957

96.100 - Pelotas, RS

Fone 25-7236

AMP - Associação dos Municipários de Pelotas

Rua Padre Anchieta, 2079

96.100 - Pelotas, RS

Fone 25-7236

PRODASEC - Universidade de Caxias do Sul

Campus Universitário - Bairro Petrópolis

95.100 - Caxias do Sul, RS

Fone 222-4133

FAPES - Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior

Av. 7 de Setembro, 1621

99.700 - Erechim, RS

Fone 321-1943

Federação Riograndense de Associações Comunitárias e
Amigos de Bairros - FRACAB
Altos do Mercado Público, Sala 119
90.000 - Porto Alegre, RS
Fone 26-2567

CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional
Rua São Manoel, 35
Caixa Postal 1916
90.000 - Porto Alegre, RS

Cecilia Cardozo Alves
Av. Carlos Gomes, 531
90.000 - Porto Alegre, RS

Centro Comunitário Arapeí
Rua Arapeí, 474 - Bairro Cristal
90.000 - Porto Alegre, RS

Grupo Permanente de Educação
Praça Tiradentes, 35 - UNISINOS - CEDOPE
93.000 - São Leopoldo, RS
Fone 92-1611

Núcleo de Documentação Popular
UNISINOS - CEDOPE
Praça Tiradentes, 35
93.000 - São Leopoldo, RS
Fone 92-1611

COM - Centro de Orientação Missionária
Matteo Gianella, 1292
Caixa Postal 59
95.100 - Caxias do Sul, RS
Fone 221-3523

Grupo Esporte para Todos - ESEF - UFPel
Praça Vinte de Setembro, 281
96.100 - Pelotas, RS
Fone 22-3795

SÃO PAULO

Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular

Rua Martiniano de Carvalho, 114

01321 - São Paulo, SP

Fone 289-6660

Projeto de Justiça e Direito Alternativo - NAC-UNIMEP

Rua Alferes José Caetano, 1745

13.400 - Piracicaba, SP

Fone 33-5011

1.º de Maio - Centro de Documentação e Comunicação Popular

Rua do Rosário 936 - Centro

13.400 - Piracicaba, SP

Fone 34-9083

CEPIS - Centro de Educação Popular - Instituto Sedes Sapientiae

Rua Ministro Godoi, 1484 - Perdizes

05015 - São Paulo, SP

Fone 864-6162

Centro Pastoral Vergueiro

Rua Vergueiro, 7290

04272 - São Paulo, SP

Fone 273-6828

13 de Maio - Núcleo de Educação Popular

Rua Dr. Neto Araújo, 212

04111 - São Paulo, SP

Fone 572-6759

ACTA - Ação Cultural e Tecnologia Apropriada - UNIMEP

Rua Rangel Pestana, 762

13.400 - Piracicaba, SP

Fone 33-5011

REDE MULHER
Caixa Postal 1803
01051 - São Paulo, SP
Fone 262-9470

IAJES - Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor
Caixa Postal 261
16.900 - Andradina, SP
Fone 22-1066

Fundação Fé e Alegria do Brasil
Rua Maria Figueiredo, 320 - Paraíso
04002 - São Paulo, SP
Fone 285-1964

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo, SP
Fone 66-7273

RENOV - Relações Educacionais e do Trabalho S/C Ltda.
Praça da Sé, 158 - 7.º andar - cj. 701-3 - Centro
01001 - São Paulo, SP
Fone 32-0958

Centro de Pastoral de Comunicação - PACOM
Rua Oratório, 1458 - Parque das Nações
09000 - Santo André, SP
Fone 446-2269

Núcleo de Estudos de Memória Popular do Grande ABC
Rua do Sacramento, 230 - Rudge Ramos
São Bernardo do Campo, SP
Fone 457-3733

CESAP - Centro de Serviço e Assessoria Popular
Av. Francisco Glicério, 1101 - Sala 9
13.100 - Campinas, SP
Fone 2-6138

UNESP - Campus de Marília - Depto. de Filosofia
Av. Vicente Ferreira, 1278
17.500 - Marília, SP
Fone 33-1844

Instituto de Planejamento Regional e Urbano - URPLAN
Rua Ministro de Godoi, 960
05015 - São Paulo, SP
Fone 65-7715

TAPS - Associação Brasileira de Tecnologia Alternativa
Rua Borges Lagoa, 503
04038 - São Paulo, SP
Fone 572-0466

VEREDA - Centro de Estudos em Educação
Cincinato Braga, 500
01333 - São Paulo, SP
Fone 289-9820

Serviço de Orientação da Família
Rua Eng. Thomas Wately, 02
04742 - São Paulo, SP
Fone 521-9822

Educação Popular Integrada às Escolas - NAC-UNIMEP
Rua Rangel Pestana, 762
13.400 - Piracicaba, SP
Fone 33-5011

**Instituto de Pesquisas Linguísticas Sedes Sapientiae para
Estudos de Português**
Rua Monte Alegre, 984 - S-T 44
05014 - São Paulo, SP
Fone 263-0211 - Ramal 315

Grupo de Educação Popular de Diadema
Trav. Henrique Dias, 35
09900 - Diadema, SP
Fone 456-6439

Instituto Metodista de Ensino Superior
Rua do Sacramento, 230
09720 - São Bernardo do Campo, SP
Fone 457-3733

Psicologia Social - UNIMEP
Rua Rangel Pestana, 762
13.400 - Piracicaba, SP
Fone 33-5011

CETESB - Cia. de Tecnologia e Saneamento Ambiental
Rua Prof. Frederico Herrmann Junior, 345
São Paulo, SP
Fone 210-1100 - Ramal 246

Projeto Periferia - UNIMEP
Rua Rangel Pestana, 762
13.400 - Piracicaba, SP
Fone 33-5011 - Ramal 184

Projeto Saúde - UNIMEP
Rua Rangel Pestana, 762
13.400 - Piracicaba, SP
Fone 33-5011 - Ramais 121,167

Prefeitura Municipal de Assis
Assis, São Paulo

PUC - São Paulo
Rua Monte Alegre, 984
05014 - São Paulo, SP
Fone 263-0211

PEA - Programa de Educação de Adultos - UNIMEP
Rua Rangel Pestana, 762
13.400 - Piracicaba - SP
Fone 33-5011 - Ramal 167

Centro Social São José - Grupo de Alfabetização Popular
Rua Carta Magna, 13 - São José
São Paulo, SP

SERGIPE

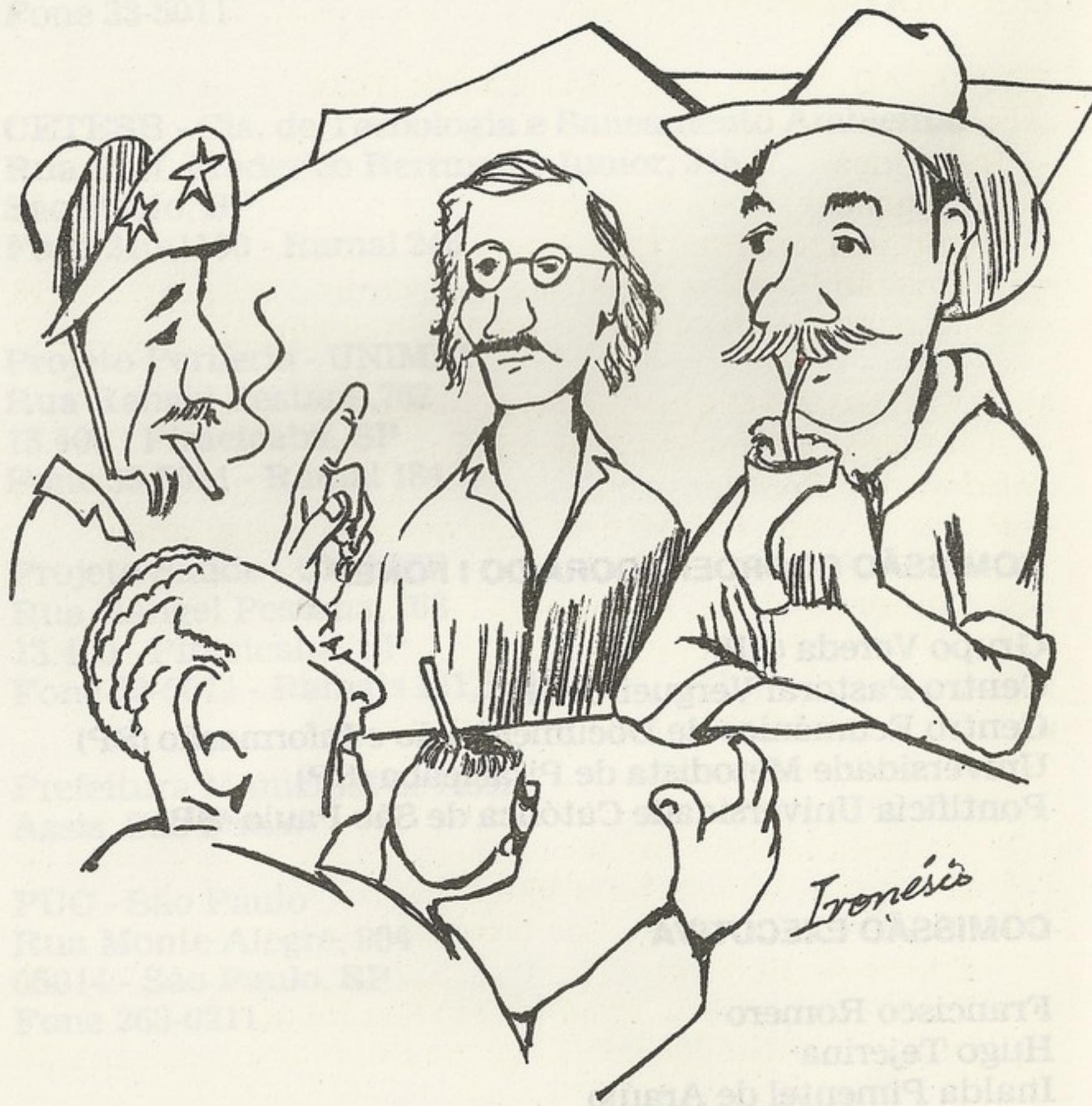
Universidade Federal de Sergipe
Praça Tobias Barreto, 466 - Apto. 804
49.000 - Aracaju, SE
Fone 222-2882

COMISSÃO COORDENADORA DO I FONEP

Grupo Vereda (SP)
Centro Pastoral Vergueiro (SP)
Centro Ecumênico de Documentação e Informação (SP)
Universidade Metodista de Piracicaba (SP)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP)

COMISSÃO EXECUTIVA

Francisco Romero
Hugo Tejerina
Inalda Pimentel de Araújo
Irene Macedo Carvalho Jardim
Marco Aurélio de Souza Barbosa
Maria Rosa Romero
Reinaldo Matias Fleuri



Ironésis

ÍNDICE

HISTÓRICO DO I FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR	5
METODOLOGIA DO I FONEP	9
EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICA POLÍTICA (notas para debate)	
— Introdução	13
— Educação e Poder Popular	13
— Comunicação, Política e Poder	16
— Educação Popular e Política Partidária	16
— Educação - Poder Popular na América Latina	17
METODOLOGIA EM EDUCAÇÃO POPULAR	
— A Relação Educando-Educador na Educação Popular	18
— Partir de onde o Povo está, não de onde gostaríamos que o Povo estivesse	21
— A Competência do Educador Popular	22
— A Questão dos Materiais	23
UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR (pontos para discussão)	
— 1. Níveis de Educação Popular na América Latina	26
— 2. Universidade no Brasil	28
— 3. Extensão Universitária (Serviços)	29
— 4. Efeitos dos Trabalhos de Extensão na Linha da Educação Popular	30
— 5. Problemas da Universidade em sua Relação com as Atividades de Educação Popular	31
ENTIDADES PARTICIPANTES DO FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR	34